

EDITORIAL

Governança Pública e os Serviços em Saúde: legados da pandemia e novos rumos para um sistema mais resiliente

A governança pública desempenha um papel central no enfrentamento dos desafios contemporâneos da saúde, especialmente em um mundo marcado por profundas transformações sociais, econômicas e tecnológicas¹. No cenário global, a pandemia de COVID-19 impulsionou a criação de sistemas de saúde resilientes, capazes de responder rapidamente a crises e proteger populações vulneráveis². No contexto nacional, a governança pública eficaz é crucial para garantir o acesso equitativo e integral a serviços de saúde, otimizar recursos e fortalecer políticas que atendam às demandas de uma sociedade em constante mudança³. Em um momento pós-pandemia, no qual a interdependência entre países e setores se intensifica, é imprescindível que governos priorizem estratégias colaborativas e sustentáveis para proporcionar a saúde pública e o bem-estar coletivo.

Governança pública pode ser entendida como o conjunto de processos, instituições e práticas que orientam a tomada de decisões no setor público, visando a eficiência, a transparência e a responsabilidade na gestão de recursos e na prestação de serviços^{4,5}. No setor de saúde, esse conceito se traduz na implementação de políticas e estratégias que busquem atender às necessidades da população de forma justa e eficaz. Decisões bem estruturadas, baseadas em evidências e planejadas com ampla participação social, podem melhorar significativamente o acesso aos serviços de saúde, ampliar sua cobertura e garantir maior qualidade no atendimento⁶. Além disso, uma boa governança favorece a integração entre os diferentes níveis de gestão – federal, estadual e municipal – e estimula a otimização de recursos, reduzindo desperdícios e fortalecendo a sustentabilidade do sistema.

A pandemia de COVID-19 deixou legados profundos e multifacetados no setor, evidenciando fragilidades e impulsionando mudanças estruturais. A sobrecarga dos sistemas de saúde foi um dos principais desafios enfrentados, expondo a necessidade de fortalecer a infraestrutura, ampliar a força de trabalho e otimizar a gestão de recursos⁷.

Paralelamente, a crise acelerou a transformação digital, consolidando o uso da telemedicina, das ferramentas de monitoramento remoto e da análise de dados em larga escala como pilares para a modernização dos serviços de saúde e sua gestão^{8,9}. A experiência coletiva com a pandemia aumentou significativamente a conscientização sobre a importância da prevenção de agravos, do investimento em imunização e do papel da saúde coletiva na proteção

das populações¹⁰. Esses aprendizados devem servir como base para o fortalecimento de sistemas de saúde mais resilientes e inclusivos no futuro.

O financiamento do setor saúde representa um dos maiores desafios para a governança pública, exigindo o equilíbrio entre a crescente demanda por serviços e os limites impostos pela sustentabilidade fiscal^{11,12}. Em um contexto de recursos escassos e necessidades amplas, é imperativo que os gestores públicos adotem práticas que garantam a alocação eficiente de verbas, priorizando iniciativas que gerem maior impacto social¹³.

A gestão estratégica de recursos, associada ao combate sistemático, ao desperdício e à corrupção, é fundamental para ampliar o alcance e a qualidade dos serviços ofertados. Além disso, é necessário criar mecanismos de financiamento inovadores e fortalecer a arrecadação tributária de forma progressiva, assegurando que as políticas de saúde sejam sustentáveis a longo prazo e inclusivas, sem comprometer o equilíbrio fiscal. Dessa forma, a governança pública pode contribuir para um sistema de saúde mais robusto e equitativo, capaz de atender às demandas de uma sociedade em constante transformação.

Novas tecnologias, como a inteligência artificial (IA), a telemedicina e a análise de *big data*, têm se consolidado como ferramentas essenciais para o fortalecimento dos sistemas de saúde, permitindo diagnósticos mais precisos, tratamentos personalizados e uma gestão mais eficiente dos recursos¹⁴.

Para que essas inovações sejam plenamente aproveitadas, é fundamental que as políticas públicas sejam inclusivas, garantindo acesso equitativo às tecnologias, capacitação dos profissionais e proteção dos dados dos pacientes, de modo que os avanços tecnológicos beneficiem toda a população, reduzindo desigualdades, fortalecendo a equidade e aumentando a eficiência dos sistemas de saúde.

As disparidades no acesso aos serviços de saúde permanecem um dos maiores desafios para a governança pública, especialmente em países com profundas desigualdades sociais. Enquanto populações urbanas e de maior poder aquisitivo frequentemente têm acesso a serviços de qualidade, as comunidades vulneráveis — como moradores de áreas rurais, periféricas ou regiões historicamente negligenciadas — enfrentam barreiras que vão desde a falta de infraestrutura até a escassez de profissionais atualizados¹⁵.

Nesse cenário, a governança pública deve assumir um papel estratégico e ativo, formulando políticas que garantam a igualdade ao acesso e a ampliação da cobertura para os mais necessitados. Investimentos em atenção primária, Estratégia Saúde da Família e parcerias intersetoriais são fundamentais, assim como o fortalecimento da participação social na gestão de recursos e definição das prioridades. Mais do que uma obrigação administrativa, a

construção de um sistema de saúde justo e acessível reflete um compromisso ético do Estado com a redução das desigualdades e a busca pelo bem-estar coletivo.

A cooperação entre os governos municipal, estadual e federal é essencial para a implementação de políticas públicas de saúde que atendam de forma efetiva as necessidades da população, garantindo a integração de recursos, competências e estratégias¹⁶. No entanto, entraves políticos como disputas partidárias, falta de integração intergovernamental e divergências de prioridades frequentemente comprometem uma articulação eficiente, resultando em sobreposição de ações ou lacunas no atendimento¹⁷. Superar esses desafios exige uma governança pública pautada pela transparência, diálogo e compromisso coletivo, na qual o interesse público prevaleça sobre interesses políticos individuais, com direção a uma gestão mais assertiva e equitativa do sistema de saúde.

Enfrentar os desafios da governança pública e saúde é preciso, isto pois, exigirá uma abordagem integrada que vá além da atuação exclusiva do Estado, operando parcerias entre governos, sociedade civil, setor privado e organizações internacionais. Também, a sociedade civil tem um papel crucial na fiscalização, no monitoramento das políticas e na articulação de demandas, garantindo que as ações sejam transparentes e alinhadas às reais necessidades da população.

O setor privado, por sua vez, pode contribuir com inovação tecnológica, financiamento e expertise, desde que sob uma regulação que assegure a probidade e evite a mercantilização. As organizações internacionais podem oferecer suporte técnico, financeiro e estratégico, para o compartilhamento de boas práticas globais. Essa visão colaborativa é fundamental para construir sistemas de saúde mais resilientes, inclusivos e sustentáveis.

REFERÊNCIAS

1. Bretas Junior N, Shimizu HE. Reflexões teóricas sobre governança nas regiões de saúde. *Ciênc. Saúde Colet* [Internet]. 2017 [citado em 28 dez 2024]; 22(4):1085-95. DOI: <https://doi.org/10.1590/1413-81232017224.30532016>
2. Mill JG, Polese J. Síndrome Pós-COVID ou COVID Longa: um novo desafio para o sistema de saúde. *Arq Bras Cardiol* [Internet]. 2023 [citado em 28 dez 2024]; 120(11):e20230750. DOI: <https://doi.org/10.36660/abc.20230750>
3. Espírito Santo AL, Voks D. Governança da Saúde Pública: conflitos e desafios para uma gestão compartilhada na fronteira Brasil-Bolívia. *Saúde Soc* [Internet]. 2013 [citado em 28 dez 2024]; 32(1):e210704pt. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0104-12902023210704pt>
4. Brasil. Decreto nº 9.203, de 22 de novembro de 2017. Dispõe sobre a política de governança da administração pública federal direta, autárquica e fundacional. *Diário Oficial da União, Brasília (DF)*;

- 23 nov 2017 [citado em [data de acesso]]. Disponível em:
https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/decreto/d9203.htm.
5. Brasil. Casa Civil da Presidência da República. Guia da política de governança pública. Brasília (DF): Casa Civil da Presidência da República; 2018. 86 p
6. Báscolo E, Vance C, Leys M, Coitiño A. Social participation in health: analysis of progress and challenges for the Region of the Americas. *Rev Panam Salud Publica* [Internet]. 2024 [citado em 28 dez 2024]; 48:e70. DOI: <https://doi.org/10.26633/RPSP.2024.70>
7. Xavier SPL, Pereira EV, Florêncio RS, Miranda KCL, Fialho AVM, Monteiro ARM. Decisões do governo brasileiro no enfrentamento da COVID-19: repercussões para o cuidado clínico de enfermagem. *Rev Baiana Enferm* [Internet]. 2024 [citado em 28 dez 2024]; 38:e49229. DOI: <https://doi.org/10.18471/rbe.v38.49229>
8. Celuppi IC, Lima GS, Rossi E, Wazlawick RS, Dalmarco EM. Uma análise sobre o desenvolvimento de tecnologias digitais em saúde para o enfrentamento da COVID-19 no Brasil e no mundo. *Cad Saúde Pública* [Internet]. 2021 [citado em 28 dez 2024]; 37(3):e00243220. DOI: <https://doi.org/10.1590/0102-311X00243220>
9. Teixeira Netto J, Rodrigues NCP, Souza BNP, Noronha MK. Tecnologia digital para o enfrentamento da COVID-19: um estudo de caso na atenção primária. *Saúde Debate* [Internet]. 2021 [citado em 28 dez 2024]; 45(spe2):56-67. DOI: <https://doi.org/10.1590/0103-11042021E204>
10. Duarte YAO, Niwa LMS, Lucas PCC, Silva CL, Afonso SR. O que aprendemos com a pandemia da COVID-19: reflexões e vivências de uma enfermeira. *Rev Fam Ciclos Vida Saúde no Contexto Soc* [Internet]. 2021 [24 dez 2024]; 9(4):1023-30. Disponível em: <https://doi.org/10.18554/refacs.v9i4.5752>
11. Rovere M. La salud internacional en el siglo XXI: una perspectiva renovada desde Latinoamérica, un esquema comprensivo para su análisis. *Salud Publica* [Internet]. 2024 [citado em 24 dez 2024]; 2. Disponível em: <https://saludpublica.ms.gba.gov.ar/index.php/revista/article/view/44>
12. Silva JFM, Pantaleão CM, Santos CF, Leles FAG, Rocha KPW, Giacometti LCTF et al. Fortalecimento da governança regional e da rede de atenção à saúde em municípios pequenos no Brasil. *Rev Panam Salud Publica* [Internet]. 2023 [citado em 24 dez 2024]; 47:e120. DOI: <https://doi.org/10.26633/RPSP.2023.120>
13. Santos RT. O SUS e o tempo da democracia: reflexões políticas. *Physis* [Internet]. 2022 [citado em 24 dez 2024]; 32(2):e320200. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-73312022320200>
14. Elias MA, Favarsani LA, Moreira JAV, Masieiro AV, Bellinati NVC. Inteligência artificial em saúde e implicações bioéticas: uma revisão sistemática. *Rev Bioét* [Internet]. 2023 [citado em 24 dez 2024]; 31:e3542EN. DOI: <https://doi.org/10.1590/1983-803420233542PT>
15. Palmeira NC, Moro JP, Getulino FA, Vieira YP, Soares Junior AO, Saes MO. Análise do acesso a serviços de saúde no Brasil segundo perfil sociodemográfico: Pesquisa Nacional de Saúde, 2019.

Epidemiol Serv Saúde [Internet]. 2022 [citado em 24 dez. 2024]; 31(3):e2022966. DOI:

<http://dx.doi.org/10.1590/s2237-96222022000300013>

16. Garcia LAA. Intersetorialidade e Políticas Públicas de Saúde ao Idoso. Rev Fam Ciclos Vida Saúde

Contexto Soc [Internet]. 2023 [citado 24 dez 2024]; 11(1):e6831. DOI:

<https://doi.org/10.18554/refacs.v11i1.6831>

17. Holanda RR, Antunes DC. (In)tolerância como Política: os discursos de Direita e de Esquerda no

Facebook. Psicol Cienc Prof [Internet]. 2023 [citado em 24 dez 2024]; 43:e249440.

<https://doi.org/10.1590/1982-3703003249440>

Boa Leitura!

 **Izabel Pereira de Assis**

Farmacêutica. Pós-graduanda do Programa de Mestrado Profissional em Administração Pública da Universidade Federal do Triângulo Mineiro. Uberaba/MG

 **Luan Augusto Alves Garcia**

Doutor em Atenção à Saúde. Professor do Programa de Mestrado Profissional em Administração Pública da Universidade Federal do Triângulo Mineiro. Uberaba/MG



Este é um artigo de acesso aberto distribuído sob os termos da Licença Creative Commons